



Alternativas à polarização

Reduzir gastos é consenso entre os demais candidatos ao Planalto, mas propostas vão da queda gradual ao “choque fiscal”

» RAPHAEL PATI
» FERNANDA STRICKLAND

Fora da polarização entre os dois candidatos que lideram a corrida ao Planalto, outros concorrentes defendem agendas que também incluem reformas estruturais e mudanças no arcabouço fiscal, como o candidato pelo Partido Social Democrático (PSD), Ronaldo Caiado. No plano de governo apresentado ao Tribunal Superior Eleitoral (TSE), ele promete encaminhar ao Congresso um “pacotão” que inclui medidas fiscais, administrativas, políticas, de segurança, produtividade e qualidade regulatória. Entre as medidas para a economia, prevê dar mais transparência ao Orçamento e rever benefícios tributários, com o combate aos chamados “super-salários”.

Em entrevista ao **Correio**, o responsável pelos assuntos econômicos na campanha do ex-governador de Goiás, o ex-ministro da Previdência e Assistência Social no governo de Fernando Henrique Cardoso, Roberto Brant, disse que a ideia é aprovar uma emenda constitucional de “emergência” nos primeiros 100 dias de governo, para limitar o crescimento das despesas já a partir de 2027, com a correção da inflação do ano anterior mais 50% da projeção de crescimento do Produto Interno Bruto (PIB). Ou seja, as despesas primárias da União passariam a crescer menos do que a economia, segundo ele.

“Para isso, vai ser preciso mexer nas despesas obrigatórias, nas emendas parlamentares, nos supersalários do Poder Judiciário e do Ministério Público”, destaca Brant, que acusa o presidente Luiz Inácio Lula da Silva (PT) e o senador Flávio Bolsonaro (PL-RJ) de não terem “credenciais morais” para falar sobre controle fiscal. “Mesmo que eles, por milagre, quisessem fazer qualquer forma de ajuste fiscal, não sei se eles teriam apoio político no Congresso, tal a divisão que eles promovem. Uma vitória eventual do Caiado teria essa vantagem”, completa.

O ex-ministro também acredita em um roteiro similar ao promovido pelo governo do ex-presidente Michel Temer para reduzir o nível da Selic. Ele lembra que, quando assumiu o governo, o emedebista contava com uma taxa de juros em 14,5%, em patamar próximo ao de hoje, e que, após a aprovação do teto de gastos, essa taxa iniciou uma trajetória decrescente, até chegar a 2% durante o governo Bolsonaro. “Então, são receitas que já provaram que dão certo. Quer dizer, você precisa mostrar uma trajetória de rigor fiscal. Essa trajetória é transmitida para o setor privado e, ali, há uma mudança nas expectativas, uma mudança na percepção do risco fiscal. Os juros caem simultaneamente e, com a combinação de superávit crescente e juros decadentes, você claramente chega a uma estabilização da dívida por volta de 2030, no final do mandato”, avalia.

Indicadores

O candidato Augusto Cury (Avante) promete manter o déficit fiscal próximo de zero durante todo o mandato, de acordo com o plano de governo. Ele também menciona a redução “gradual e sustentável” da dívida pública, com crescimento econômico e responsabilidade fiscal, além de defender também uma reforma administrativa, que incluiria a redução do número de ministérios e mecanismos de avaliação de desempenho para servidores. O presidencialista aposta na avaliação permanente das políticas de governo, por meio de “indicadores transparentes”.

Imediatamente após a eleição, Cury promete, ainda durante a transição, fazer um levantamento completo da administração pública federal, das despesas, dos programas, dos contratos e das empresas estatais, especialmente daquelas que acumulam prejuízos, como explica ao **Correio** o deputado Luiz

Destino na mão do eleitor

No próximo domingo (4), mais de 158 milhões de brasileiros terão o dever de escolher um plano econômico para os próximos quatro anos. Enquanto o atual presidente sinaliza manter o arcabouço fiscal e controlar a inflação, os adversários prometem mudanças para reduzir o endividamento e promover reformas estruturais.

CONFIRA AS PRINCIPAIS PROPOSTAS DOS PLANOS DE GOVERNO DOS SEIS MELHORES COLOCADOS NAS PESQUISAS:



LUIZ INÁCIO LULA DA SILVA (PT)

Programa de transformação do Brasil

- Política econômica para reduzir desigualdades sociais, valorização do trabalhador, responsabilidade ambiental, responsabilidade fiscal, queda dos juros e ampliação dos investimentos;
- **Combate à política monetária restritiva:** “A taxa de juros é hoje o que a inflação foi no passado no Brasil: promove concentração de renda e desorganiza a nossa economia”;
- Manutenção do arcabouço fiscal aprovado em 2023 como estratégia para controlar os gastos e o aumento das despesas obrigatórias;
- Promete uma inflação baixa e estabilidade de preços, como “pressupostos fundamentais” do governo;
- Monitoramento da evolução do endividamento das famílias e empresas, com a continuidade dos fundos garantidores e restrição maior para as apostas on-line.



FLÁVIO BOLSONARO (PL)

Para o Brasil vencer o atraso

- Promover um “grande tesouroço”, com o retorno do lema “Mais Brasil, Menos Brasília”, utilizado pelo pai durante a campanha de 2018;
- Revisão do pacto federativo, redefinição das regras e dos processos orçamentários, com mudanças na legislação atual para agilizar aprovação, liberação de recursos e prestação de contas;
- Promete mais transparência com as emendas parlamentares e o enxugamento da máquina pública, com uma reforma administrativa para “modernizar o funcionamento do Estado e a carreira do servidor”.
- Também cita corte de pelo menos 10 ministérios;
- Retomada do Programa Nacional de Desestatização promovido pelo governo Jair Bolsonaro, com avaliação “caso a caso” onde a presença do Estado deixaria de fazer sentido;
- **Fim do arcabouço fiscal:** reformulação das regras, para controlar os gastos discricionários da União, com a meta de alcançar a estabilidade e, posteriormente, a queda da relação Dívida/PIB.



RONALDO CAIADO (UNIÃO)

Muito para mostrar, nada para esconder

- Revisão de subsídios, subvenções e benefícios tributários, com a extinção ou redução deles, se forem considerados “sem resultado ou incompatíveis com as prioridades nacionais”, além da aplicação de teto constitucional para frear supersalários e combater exceções a esse limite;
- Submissão de novas despesas de pessoal e custeio da compensação permanente, estimativa de impacto, revisão de prioridades e compatibilidade com trajetória fiscal;
- Definição de trajetória para estabilizar relação Dívida/PIB, com o retorno dos superávits primários e a redução da despesa com juros;
- Programa fala em propostas voltadas para além de um mandato, com mudanças “graduais, previsíveis e compatíveis com direitos adquiridos, proteção aos mais vulneráveis e estabilidade econômica”;
- Governo adotará estratégia “plurianual” para reduzir as despesas obrigatórias para um crescimento abaixo do PIB nominal, com medidas legislativas para desacelerar esse avanço.



AUGUSTO CURY (AVANTE)

O Brasil dos nossos sonhos

- Promete déficit fiscal próximo de zero durante todo o mandato, sem estipular superávit durante esse período. Foco na eficiência dos gastos de ministérios, com metas estabelecidas para cada um;
- Redução “gradual e sustentável” da dívida pública, com crescimento econômico e responsabilidade fiscal;
- **Reforma administrativa:** Simplificação de estruturas e eliminação de sobreposições de funções. Prevê também a redução do número de ministérios e mecanismos de avaliação de desempenho para servidores;
- Sem mencionar diretamente a reforma tributária, fala em simplificar o atual sistema de tributação com uma revisão do atual formato de divisão federativa e redução da carga;
- Avaliação permanente das políticas de governo, por meio de “indicadores transparentes”.



RENAN SANTOS (MISSÃO)

O futuro é glorioso (Livro Amarelo)

- Crítica as regras fiscais anteriores – e o atual arcabouço – e promete uma revisão desse modelo, com base em um projeto já existente, do deputado Kim Kataguiri (Missão-SP), chamada “PEC do Equilíbrio Fiscal”;
- Texto promove desindexação de benefícios previdenciários e assistenciais do salário mínimo e a desvinculação dos postos de saúde e educação da receita, bem como revisão do abono salarial e redução de renúncias fiscais;
- Inspiração no governo de Javier Milei, da Argentina, ao prever um “remédio amargo” para combater a inflação e o orçamento mais apertado;
- Lei de Responsabilidade Gerencial: projeto para aperfeiçoar a gestão da máquina pública, com inspirações internacionais de países como “Japão, China, Itália e Estados Unidos”;
- Reforma dos programas sociais, com a substituição do Bolsa Família por um programa de “Frentes Cidades”, para incentivar inserção de beneficiários no mercado formal de trabalho.



ROMEU ZEMA (NOVO)

Plano Implacável

- Garantir queda da curva de juros por meio de um choque fiscal para estabilizar a relação Dívida/PIB, promovendo reformas e mantendo superávits primários que permitam o pagamento da dívida;
- Reduzir os custos diretos das operações financeiras, começando pela redução do IOF;
- Redução gradual dos programas de crédito direcionado, que inclui linhas subsidiadas pelo BNDES, para setores escolhidos “politicamente” com objetivo de ampliar a concorrência entre os bancos e baratear o custo do crédito;
- **Reforma Tributária:** evitar que texto reaplique “complexidade do sistema atual por meio de burocracias desnecessárias, regimes especiais, exceções e tratamentos favorecidos”;
- Reforma da Previdência, que envolve estados e municípios, além da previdência rural e militar, criando um mecanismo de reajuste automático da idade mínima para a aposentadoria com base na expectativa de vida da população.

Fontes: Diretrizes para o Programa de Transformação do Brasil: Um país soberano, democrático, desenvolvido, sustentável e criativo (Luiz Inácio Lula da Silva); Para o Brasil vencer o atraso: Diretrizes do Plano de Governo 2027-2030 (Flávio Bolsonaro); Muito pra mostrar, nada pra esconder 2027 a 2030 (Ronaldo Caiado); O Brasil dos nossos sonhos: Projeto de Estado para o Brasil (Augusto Cury); O futuro é glorioso: Resumo executivo do Livro Amarelo (Renan Santos); e Plano Implacável: Propostas concretas para os maiores problemas do país (Romeu Zema)

Carlos Hauly (Podemos-PR), responsável pelo programa do candidato. “Faremos uma revisão ampla e detalhada das contas para identificar desperdícios, sobreposições, privilégios e estruturas que não entregam resultados à população”, destaca.

Sobre a questão dos juros e crédito mais restrito, Hauly diz que o objetivo do candidato é ampliar a concorrência bancária, a portabilidade, o Open Finance, as cooperativas de crédito e o mercado de capitais, para reduzir tanto a taxa básica quanto os spreads bancários. “A meta do governo Augusto Cury será construir as condições para reduzir pela metade, ao longo do mandato, o custo dos juros básicos e finais, sem artificialismo, calote ou intervencionismo”, defende.

Para recuperar a credibilidade de investidores internacionais e recuperar o grau de investimento (nota de crédito que indica que o país é um bom pagador) do Brasil nas principais agências de risco, a proposta do candidato é apresentar uma carteira de concessões e parcerias com o setor privado em diferentes setores, além de manter a responsabilidade fiscal e garantir sustentabilidade à trajetória da dívida. “O governo fará a sua parte: responsabilidade fiscal, dívida em trajetória sustentável, juros menores, estabilidade regulatória, respeito aos contratos e crescimento com produtividade”, promete Hauly.

Remédio amargo

Com uma visão ainda mais

liberal sobre a economia, o candidato pelo Missão, Renan Santos, que disputa as eleições pela primeira vez, adota um tom crítico tanto à regra fiscal adotada por Temer quanto à implementada no atual governo. Ele defende uma revisão desse modelo, com base em um projeto já existente, do deputado Kim Kataguiri (Missão-SP), chamada proposta de emenda à Constituição (PEC) do Equilíbrio Fiscal. Ao **Correio**, o parlamentar diz que a proposta é mais radical do que o teto, por atuar “antes” na estrutura do gasto.

“A PEC do Equilíbrio Fiscal mexe diretamente nas despesas obrigatórias, com desindexação, desvinculação, revisão de benefícios tributários e outras medidas de ajuste”, explica Kataguiri, que afirma ainda que nova regra fiscal será desenhada a partir dos princípios estabelecidos no Livro Amarelo — o plano de governo de Renan. Nós não queremos criar uma regra para administrar a trajetória atual das despesas. Queremos primeiro alterar essa trajetória e, a partir daí, estabelecer uma regra fiscal que seja sustentável no longo prazo”, acrescenta.

O candidato pelo Missão também não esconde a inspiração no governo de Javier Milei, da Argentina, e diz que o Brasil também precisa de um “remédio amargo” para combater a inflação e o orçamento mais apertado. “Existe uma inspiração no Milei, principalmente na disposição de fazer as reformas no começo do governo e de dizer durante a campanha que haverá

medidas difíceis”, diz o deputado, que pondera, no entanto, que o desenho será adaptado aos problemas brasileiros.

Sobre um possível programa de desestatização defendido por Renan, Kim Kataguiri afirma que o critério é avaliar se existe uma função estratégica que justifique o Estado permanecer naquela atividade. Ele defende, por exemplo, a privatização dos Correios. “Não vemos necessidade de o governo federal operar uma empresa de serviços postais quando essa atividade pode ser prestada pela iniciativa privada”, diz o deputado, que, por outro lado, nega desestatizar Petróbras e Embrapa.

Privatização total

Já Romeu Zema (Novo), que também adota uma linha favorável às privatizações, tem uma linha ainda mais liberal em relação ao uso das empresas públicas. O programa do ex-governador de Minas Gerais cita privatizar “todas as empresas estatais” para, segundo o plano dele, que o governo se concentre “naquilo que de fato lhe cabe”, e cita segurança pública e educação como temas prioritários. A política inclui o aumento das parcerias público-privadas em todos os setores, inclusive em saúde e educação.

No campo fiscal, o programa de Zema cita garantir a queda da curva de juros por meio de um choque fiscal para estabilizar a relação dívida/PIB, e promover reformas, com a manutenção dos superávits primários que permitam o pagamento

da dívida. Também menciona a redução gradual dos programas de crédito direcionado, que inclui linhas subsidiadas pelo Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social Sustentável (BNDES), para setores escolhidos “politicamente”, com objetivo de ampliar a concorrência entre os bancos e baratear o custo do crédito.

O candidato também defende a implementação de uma nova reforma da Previdência, que envolveria estados e municípios, além da previdência rural e militar, criando um mecanismo de reajuste automático da idade mínima para a aposentadoria com base na expectativa de vida da população.

Diferenças

O economista especialista em mercado financeiro e professor da Universidade de Brasília (UnB) César Bergo identifica diferenças na forma como os candidatos tratam o investimento público e a participação do Estado na economia. “A proposta do Lula atribui ao Estado um papel mais relevante na indução de investimentos com infraestrutura, indústria e fortalecimento das estatais. Já Flávio Bolsonaro, Zema, inclusive, colocam mais ênfase na redução da estrutura estatal, inclusive aumentando as concessões e a privatização também para que possa haver atração de capital privado. Já Caiado fica com uma posição própria, combina ajuste fiscal com a política ativa para visão da reindustrialização, o que ele fez, mais ou menos, lá em Goiás”, afirma.

Ao fazer uma síntese das

propostas, Bergo afirma que todos os candidatos analisados colocam o equilíbrio das contas públicas entre os principais pontos de suas agendas econômicas, embora apresentem caminhos diferentes.

Para o economista, o desafio central está em detalhar como essas promessas seriam executadas. “Basicamente, cada um tem um pensamento, mas todos eles colocam como importante o equilíbrio das contas públicas. Realmente, hoje, a grande dificuldade é entender um pouco esse emaranhado das contas públicas. O endividamento do Estado vem aumentando, está em 82,4% do PIB. Isso preocupa”, afirma. Para o setor produtivo, o professor aponta que cada candidato também elencou indústria, tecnologia, minerais críticos e comércio como áreas prioritárias.

Na política comercial, Bergo destaca diferenças na relação pretendida com outros mercados. “A questão mais delicada, talvez, é a do relacionamento com os Estados Unidos. Lula propõe diversificar mercados, ampliar acordos comerciais. Já Flávio propõe uma aproximação maior dos EUA. Ele tem colocado isso muito no discurso dele. E, agora, o Caiado apresenta uma proposta interessante nesse aspecto quando ele enfatiza a maior integração das cadeias globais. Sobre tudo, focando a Ásia, Oriente Médio e a África”, afirma.

O **Correio** procurou as equipes de campanha dos candidatos Luiz Inácio Lula da Silva, Flávio Bolsonaro e Romeu Zema, mas não obteve resposta até o fechamento desta edição.